

JOGO DE CHANTAGENS: REFLEXÃO SOBRE O CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO E AS NOVAS FORMAS DE DISSUAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DA CIBERCULTURA¹

Deusiney Robson de Araújo Farias²

RESUMO

Nosso objetivo neste artigo é desenvolver uma reflexão crítica sobre a forma heterodoxa e peculiar do exercício da dissuasão política, especialmente, a partir da cibercultura – desde as campanhas eleitorais, onde agentes dos mais diversos campos envolvem-se na disputa, passando pelas votações de projetos de leis no congresso nacional, às homologações presidenciais. Os acontecimentos que remontam a história da democracia formal no Brasil têm apontado para uma categoria analítica que estamos chamando de *chantagem*. A partir de uma leitura histórica de acontecimentos e notícias sobre a *práxis* dos agentes do campo político, alçamos a seguinte hipótese: o campo político brasileiro, constituído a partir da década de 1990, tem como principal método de articulação de suas engrenagens o *jogo de chantagens*. Para isso, teremos como principal fundamentação teórica Jean Baudrillard, Norberto Bobbio e Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Chantagem; campo político; democracia; segredo; cibercultura.

INTRODUÇÃO

Todos nós somos reféns. Atualmente todos nós servimos de argumento de uma dissuasão. (BAUDRILLARD, 1996, p. 32).

A reflexão deste artigo faz parte da pesquisa de doutorado do mesmo autor sobre o campo político brasileiro na era do ciberespaço. Alinhados ao eixo temático da violência política e social e da violência simbólica, pensaremos cibercultura, democracia e a liberdade no Brasil a partir da classificação da ação de alguns agentes do campo político entre si e em relação com outros campos. Nosso objetivo geral é desenvolver uma reflexão crítica sobre a forma heterodoxa e peculiar do exercício da dissuasão política a partir da cibercultura, desde

¹. Artigo apresentado ao Eixo Temático – Violência Política e Social / Violência Simbólica / Racismo / Xenofobia / Exclusão do IX Simpósio Nacional da ABCiber.

². Pesquisador é professor do departamento de Comunicação e Turismo da Universidade Nove de Julho. É Doutorando em Comunicação e Semiótica (PUC-SP) e participa do Centro Interdisciplinar de Pesquisa em Comunicação e Cibercultura (CENCIB). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: deusineyrobson@hotmail.com.

as campanhas eleitorais, onde agentes dos mais diversos campos envolvem-se na disputa, passando pelas votações de projetos de leis no congresso nacional, às homologações presidenciais. Em todos estes momentos ocorrem formas de dissuasão que não acontecem apenas nos bastidores da política, mas que, a partir da centralização dos meios de comunicação na política e, especialmente, do desenvolvimento do ciberespaço, modificam-se significativamente, principalmente, na sua visibilidade mediática. Os acontecimentos que remontam a história da democracia formal no Brasil têm apontado para uma categoria analítica que estamos chamando de *chantagem*.

A partir de uma leitura histórica de acontecimentos e notícias sobre a *práxis* dos agentes do campo político, alçamos a seguinte hipótese: o campo político brasileiro, constituído a partir da década de 1990, tem como principal método de articulação de suas engrenagens o *jogo de chantagens*. Esta hipótese é facilmente comprovada, pelo menos, desde o governo de Fernando Collor de Melo, pelos processos judiciais instaurados contra os governos desde então e pelas notícias veiculadas nos meios de comunicação de massa. Fazer uma regressão maior demandaria mais tempo de pesquisa e poderia configurar um erro de interpretação dos fatos, muito conturbados na década de 1980, devido à transição de uma política autoritária para uma política supostamente democrática. As trocas de favores, privilégios e benesses econômico-financeiras entre agentes do campo político, setores variados da imprensa, barões da mídia, agentes jurídicos, instituições democráticas, associações, organizações não governamentais, partidos políticos, dentre tantos outros agentes de variados campos sociais resultam sempre em um silêncio velado e ameaças mútuas de retorno ao *status quo* do sujeito ou instituição em questão.

Os acontecimentos que remontam a história da democracia formal no Brasil têm apontado para essa forma heterodoxa e peculiar do exercício político. Desde as campanhas eleitorais, onde agentes dos mais diversos campos envolvem-se na disputa política, passando pelas votações de projetos de leis, às homologações, uma categoria analítica proeminente em todos estes momentos tem sido a *chantagem*.

A chantagem é pior do que a proibição. A dissuasão é pior do que a sanção. Na dissuasão não se diz mais: “Você não fará isso”, e sim: “Se você não fizer isso...” Aliás, se pára aí – a eventualidade ameaçadora fica em suspenso. Portanto, toda a arte da chantagem e da manipulação está nesse suspense – “o suspense” que é especialmente o terror (assim como na tomada do refém, este está suspenso e não condenado: suspenso por um prazo que ele desconhece). É inútil dizer que vivemos assim coletivamente sob a *chantagem* do nuclear que é praticamente um sistema não de destruição, mas de manipulação planetária. (BAUDRILLARD, 1996, p. 38).

Jean Baudrillard, em “As estratégias fatais”, não apenas cria a categoria da chantagem, como a posiciona em uma política global, “ela atua como a forma enigmática do terror” (idem.). Deste modo, inevitavelmente, esta categoria pode ser incluída no campo político brasileiro como a própria dissuasão. Neste jogo, todos acabam chantageando a todos, pelos mais diversos motivos. Não se trata, neste ponto, do mesmo terrorismo alegado pelo autor, do terrorista que faz o refém ou da bomba nuclear. Em nosso caso os *segredos*, o *voto* e o *escárnio* são os principais objetos – pelo menos o que, inicialmente, conseguimos classificar – e os atores principais são agentes dos meios de comunicação (incluídos proprietários, editores, decisores de pauta, *gatekeepers*, etc.), jornalistas, juristas e agentes do campo político. A partir destes pressupostos, classificaremos os *modos de chantagem* existentes no campo político brasileiro – mesmo que embrionariamente –, assim como discutiremos o *escárnio*, como objeto de chantagem da grande mídia e o *segredo*, importante elemento na análise democrática de Norberto Bobbio na década de 1990, especialmente, no cenário italiano, como a arma em punho dos agentes.

Isso faz surgir um outro tipo de relação e de poder. Diferente do que se baseava na violência da proibição. Pois, esta tinha uma referência e um objeto determinado, e assim a transgressão era possível. Enquanto a chantagem é alusiva, ela não se baseia mais num imperativo nem no enunciado de uma lei (seria preciso inventar o modo *dissuasivo*, baseado no não-enunciado da lei, e sobre a retaliação flutuante), ela atua como a forma enigmática do terror. (BAUDRILLARD, 1996, p. 38).

É na chantagem – e exatamente por ela ser alusiva, como nos remete o autor no excerto – que se baseia a desfaçatez da política brasileira. Do voto para a aprovação de uma lei ao de instauração de processo de *impeachment*, da escolha de coligação partidária à delação premiada, da entrevista à capa estampada na página principal do noticiário; em todos estes momentos podemos entrever um elemento que nos encaminha à categoria em questão.

Os candidatos a mandato eletivo conhecem a heterodoxia do campo e guardam isso entre si como grandes *segredos* próprios (e apenas) dos participantes. *Votos*, apoios e cargos são trocados para que estes segredos continuem omissos dos governados e para a perpetuação de determinada *elite*. Os partidos políticos, como já dissemos, são formadores dessa elite.

O *escárnio* é o objeto de chantagem originário dos meios de comunicação, especialmente, da grande mídia. Neste caso, o político é o refém. Preso aos próprios atos e às demandas dos agentes dos meios de comunicação. Assim como Baudrillard (1996) diz que o terrorista é o refém do meio de comunicação mutuamente, o político também seria.

A chantagem na história recente da política brasileira

São diversos os casos de chantagem no campo político brasileiro, pelo menos, desde a década de 1990, como afirmamos no início deste tópico. De Pedro Collor de Melo, irmão do ex-presidente do Brasil que ameaçou e conseqüentemente denunciou um esquema de corrupção envolvendo o tesoureiro de campanha do irmão, Paulo César Farias. Luís Costa Pinto, jornalista da revista *Veja*, foi o primeiro a tomar ciência da denúncia e o responsável pela matéria, que se tornaria uma bomba nas mãos do governo. A partir daí, vários fatos decorrentes desencadeiam um verdadeiro jogo de chantagens, que envolve mídia, Congresso Nacional e o Planalto Central. O resultado é o processo de *impeachment* e a renúncia do então presidente Fernando Collor.

Alguns testemunhos, como o do próprio ex-presidente impedido, podem ser lidos em “Os segredos dos presidentes: Dossiê Brasília” de Geneton Moraes Neto.

O que critico é o meu posicionamento em relação ao Congresso. Maioria parlamentar se conquista com salamaleques, churrascos, almoços, jantares, intimidades. [...] Mas uma das atribuições do presidente, sem dúvida nenhuma, é essa: a de tentar a todo esforço consolidar uma maioria parlamentar que lhe dê a chamada governabilidade. (MORAES NETO, 2010, p. 88).

Os salamaleques, churrascos, almoços, jantares e intimidades referidas por Collor em seu depoimento compõem instrumentos de chantagem, muitas vezes veladas ou dissimuladas. Isso não ocorre apenas entre os governantes, mas um ciclo influente de pessoas e cargos é envolvido no mesmo jogo. Os atores mencionados no início deste tópico são os principais.

Denúncias de compras de votos no Congresso Nacional para aprovação de leis em governos posteriores vieram à tona por meio da grande mídia. Mensalão e privataria foram duas palavras repetidas por muitas vezes desde o fim daquela década. A compra do voto, nada mais era que o pagamento pelo silêncio e a imposição da chantagem pela parte silenciada. Uma montanha russa perigosa, caminho heterodoxo, mas que havia sido instituída como a *Doxa* do campo, desde então.

Os meios de comunicação, e principalmente a grande mídia, composta por grandes conglomerados de comunicação, proprietários de emissoras de rádio, TV, jornais impressos e revistas semanais tornaram-se os principais personagens desse jogo. Como dissemos

anteriormente o *escárnio* é o objeto de chantagem da grande mídia e o *segredo*³ a arma em punho.

Nenhum governo ficou impune de ter seus *segredos* revelados. Certamente, muitos continuaram escondidos e muitos agentes foram silenciados de alguma forma. Se a heterodoxia do campo era conhecida, mas mesmo assim, dela não se falava. Algo acontece nos bastidores. A chantagem se faz presente.

Destarte, a partir de nossa reflexão e proposição teórica, identificamos a necessidade de classificar os *modos de chantagem* existentes no campo político brasileiro, que são:

- a) Apoio eleitoral em troca de privilégio na administração pública (governo);
- b) Apoio econômico em troca de privilégios/benesses na administração pública (governo);
- c) Alinhamento com a base governista em troca de benesses (variadas);
- d) Alinhamento com a base oposicionista ao governo em vigor em troca de benesses (variadas);
- e) Apoio mediático em troca de privilégios/benesses;
- f) A *doxa* não pode ser revelada ao público externo mantendo-se assim os privilégios.

Estes elementos iniciam uma classificação dos modos de chantagem, portanto, não pretendemos encerrar a discussão, apenas iniciá-la. E, no intuito de somar aspectos relevantes ao nosso modo de classificação é necessária a observação de que os presidentes das casas legislativas e do executivo (federal, estadual e municipal) tornam-se os mandatários do campo político e mediadores dos anseios ligados aos mandatários que estão fora do campo, além disso, o presidente das casas legislativas medeiam os anseios de oposicionistas ao governo, seja por meio de acordos exotéricos, seja por acordos ligados ao governo.

Ciberespaço como meio de chantagens no jogo político

³ A categoria do “segredo”, importante elemento na análise democrática de Norberto Bobbio na década de 1990, especialmente, no cenário italiano, torna-se necessária em nossa análise. No ensaio *Democracia e Segredo*, recentemente publicado no Brasil juntamente com outros ensaios do pensador italiano e trazendo o mesmo título, encontramos uma passagem que, certamente, descreve não apenas a angustiante problemática da democracia italiana, mas a enfrentada pelo Brasil contemporâneo: “O segredo favorece o desvio. E o desvio exige um novo segredo para não ser descoberto. Deste modo o espaço inicial reservado ao segredo se alarga indefinidamente.

De segredo em segredo, de desvio em desvio, pode ocorrer que uma instituição criada para prevenir ou obstacularizar um improvável golpe de Estado comunista nos tenha feito de fato correr o risco de enfrentar um golpe de Estado de direita. Seria exagerado dizer que chegamos a um ponto limite, a partir do qual somente se vislumbra a derrota da democracia?” (BOBBIO, 2015, p. 83).

O ciberespaço assume um papel protagonista no jogo de chantagens devido à possibilidade do anonimato e alcance segmentado. Neste espaço de comunicação, as verdades veladas podem ser ditas por *avatars*, atores sem rosto ou mesmo por grupos sem lideranças determinadas. Mesmo que os setores da mídia impressa, radiofônica e televisiva ainda tenham mais força, pelo caráter de *autoridade de quem fala* (SODRÉ; BOURDIEU), a internet é o espaço midiático no qual as *mentiras* são utilizadas no *jogo de chantagens* como elementos fundamentais para os fins dos jogadores. Com efeito, os agentes do campo político passam a recrutar grupos de pessoas com *capacidade cognitiva conforme* para assessorá-los nessa comunicação, e ainda, formam-se grupos – muitas vezes ligados a partidos políticos, muito mais que a agentes – que adotam avatares, cuja identidade é difícil de ser descoberta, conhecidas e *reconhecidas* muitas vezes no *submundo* do ciberespaço – outras vezes pessoas comuns dotadas de conhecimento informático superior – no intuito de atacar todos os oponentes do partido, da ideologia ou postura adotada, dos agentes ligados ao partido, dos projetos políticos defendidos por eles e assim por diante⁴.

Os últimos governos, pelo menos desde 2008, tanto na esfera federal, como estadual, municipal e distrital foram reféns e sequestradores do jogo de chantagens no ciberespaço. Novos agentes surgem neste jogo. Os *blogs* e os *blogueiros*, que muitas vezes não são necessariamente jornalistas ou repórteres, mas comentaristas, críticos e analistas políticos de determinada cidade, estado ou até mesmo reconhecidos em todo o país, passam a pautar a grande mídia, retirando destes, o poder que detinham no jogo. É neste cenário que surge boa parte do midialivrismo e da mídia livre.

O midialivrismo de massa reúne experiências de movimentos sociais organizados que produzem mídias comunitárias e populares, de dentro do paradigma da radiodifusão, se afirmando como práticas da sociedade civil alternativas e antagonistas em relação ao modo de se fazer comunicação dos conglomerados empresariais transnacionais e nacionais de mídia (que controlam a opinião pública desde o nível local até o internacional). Já o midialivrismo ciberativista reúne experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos. (MALINI; ANTOUN, 2013, p.21).

⁴ Sobre isso, o autor pretende publicar artigo que terá como título “Breve reflexão sobre a legitimidade do ativismo no ciberespaço”, desencadeado de artigo escrito em co-autoria com Heitor Pinheiro de Rezende, apresentado e publicado neste mesmo evento, intitulado: “Ativismo e seus paradoxos na internet: uma análise sobre a legitimidade de ações ciberativistas no Brasil”.

A partir do ciberespaço e do desejo social por transparência, muitas chaves do campo político passam a ser desveladas. A grande mídia traz à tona boa parte do jogo de chantagem, porque é chantageada pelos próprios agentes do ciberespaço. Não há como silenciar diante de segredos desvendados ou pelo menos da suspeita divulgada e compartilhada milhares de vezes por milhares de pessoas. Os agentes da grande mídia tentam defender-se até mesmo para a imprensa internacional, numa tentativa lastimável de explicação do inexplicável⁵ e de legitimação de seu comportamento no jogo. A grande mídia roga aos seus pares pelo cooperativismo, mas é incapaz de silenciar as redes sociotécnicas.

A *doxa* do campo político torna-se evidente, ou pelo menos suspeita. Conversas telefônicas, contratos escusos, delações, depoimentos de parlamentares e tantas outras coisas acontecem de modo a deixar em suspeição a moralidade do campo e evidenciar aquilo que estamos chamando de *jogo de chantagens*. Em nossa reflexão, portanto, a *chantagem* passa a ser uma categoria de análise, referenciada anteriormente por Jean Baudrillard em uma reflexão política mundial, e trazida por nós para pensarmos a política brasileira, pela qual conseguimos identificar atores, interesses, ideologias e posições. E o que nos faz afirmar o seguinte: *o campo político no Brasil funciona a partir do jogo de chantagens*.

O jogo e os fatos hodiernos

Nos últimos anos, os desentendimentos entre os três poderes constituintes da República Federativa do Brasil revelam muito mais que a tomada de posições, mas a explicitação das chantagens como *modus operandi* dos diferentes campos de poder do país. De um poder para o outro, muito mais que política, diplomacia ou colaboração, praticou-se a chantagem. Em troca de aumentos, protelação de processos e do próprio silêncio, vimos os três poderes acusando-se e chantageando-se mutuamente. O poder Executivo, por muitas vezes, tentou interferir e passar por cima do Legislativo⁶, da mesma forma, este poder agiu como se o Brasil tivesse um sistema parlamentarista e não presidencialista, como é de fato.

⁵ Como exemplificação disso leiam-se as notícias sobre a denúncia de David Miranda no The Guardian, jornal inglês da grande mídia inglesa, sobre o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a resposta de João Roberto Marinho ao jornal.

⁶ Um desses movimentos, a publicação de decretos não numerados sem autorização do Congresso, pode ter custado o mandato da presidente Dilma Rousseff.

O Judiciário, várias vezes, interviu em decisões da Câmara dos Deputados, assim como o Executivo tentou interferir nas ações do Judiciário. Alguns casos que tornaram-se públicos por meio da ação dos meios de comunicação foram: 1) STF proibiu que membros do Ministério Público exercessem cargos fora da instituição, contrariando recente nomeação da presidente da república; 2) Ministro do STF barrou nomeação de ministro do poder Executivo; 3) Presidente da Câmara e Senado trocaram farpas e acusações públicas; 4) Presidente do Executivo orientou partidários a votar pela abertura de processo de cassação do mandato do presidente da Câmara; 4) Presidente da Câmara abre processo de *impeachment* da presidente do Executivo; 5) STF determina tiro para processo e dá poder ao Senado sobre o afastamento da presidente; 6) STF determina o recebimento de processo pela Câmara⁷; entre tantos outros fatos que seria difícil elencar neste trabalho.

Os poderes constituídos são sistemas simbólicos de poder, são estruturas estruturadas que reproduzem os símbolos que norteiam a sociedade. No Brasil, estes poderes têm confundido a competência da produção simbólica, mais que isso, com este desentendimento, a sociedade tem oscilado entre a aceitação destas forças instituídas e o descontentamento com a forma de governo. Ações de afronta aos aparelhos ideológicos do estado têm sido presenciadas por todo o país. Desde o ultraje aos aparelhos repressivos e à condição administrativa do próprio poder executivo, às frequentes manifestações quem deixam clara a insatisfação social com a política contemporânea. A *sociedade insatisfeita*, segundo Agnes Heller e Ferenc Feher (1998), é elemento fundamental da condição política pós-moderna. Os campos não se entendem, por que os paradigmas sociais mudaram e a sociedade requer novos paradigmas.

É importante, neste ponto, relatar dois fatos, um ocorrido durante o julgamento de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff no Senado, e outro da cassação do mandato do Deputado Federal Eduardo Cunha. A senadora Kátia Abreu, na comissão que determinaria o julgamento da presidente no Senado, em determinado momento de sua fala, indignada, revelou o seguinte: “[...] são trinta e cinco partidos, com trinta e sete no TSE sendo encaminhados para novo registro. É a coalisão da chantagem, da troca de cargos⁸ [...]” (TV

⁷ As interferências entre os três poderes tornou-se notória, pelos meios de comunicação. Algumas delas estão disponibilizadas na matéria disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/04/10/interna_politica,751621/tres-poderes-em-conflito.shtml>.

⁸ Depoimento da senadora Kátia Abreu na Comissão de Especial do Impeachment no Senado, no dia 04 de agosto de 2016. Para visualizar o depoimento completo na TV Senado, acesse o *link* disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Gg75BAmgpCs>>. Acessado em: 30 ago. 2016.

SENADO, 2016). Esta circulação de cargos, benesses, visibilidade, é um fenômeno facilmente constatado e recorrente em todos os governos desde o início da democracia formal. No discurso de cassação do mandato do Deputado Eduardo Cunha, ele disse: “Na verdade, é bom que se diga, quando se fala das chantagens, chantagem foi feita em cima de mim. Ofertas foram feitas em cima de mim.” (TV CÂMARA, 2016). Na realidade, isso nos remete às trocas de favorecimento das antigas capitâneas hereditárias, sob as quais a nação brasileira foi constituída. Somos uma República que nasceu neste movimento, neste jogo. Entretanto, nos últimos anos, esse jogo de chantagens ficou mais evidente e comprovado não apenas por notícias, mas pelas declarações, negociações e delações da própria classe governante. O jogo que existia nos bastidores passa a ser explícito na era do ciberespaço.

Como em um jogo de *poker* onde o blefe é a jogada que visa à desistência dos demais jogadores ou uma aposta sempre maior, os agentes do campo político passaram a usar sua influência midiática para a chantagem por meio desta tática. O blefe tornou-se a jogada que chantageia pares e agentes de outros campos. Após sua prisão e antes de sua cassação, o então Senador Delcídio do Amaral, por meio dos veículos de imprensa ameaçou entregar seus pares, caso fosse retirado o seu mandato⁹. Da mesma forma, meses antes da cassação de Eduardo Cunha, o deputado usou os veículos de imprensa para ameaçar outros deputados, senadores e ministros da República de que se não fosse salvo, entregaria o jogo, que poderia derrubar a todos.¹⁰ O empresário Marcelo Odebrecht, utilizando-se da mesma estratégia, ao ser preso na Operação Lava Jato da Polícia Federal, chamou determinados veículos de imprensa para dizer que Lula e Dilma seriam presos com ele, como uma espécie de recado, na tentativa da dissuasão, isto é, da chantagem.¹¹ Estes foram alguns dos casos, dentro de um universo muito maior de fatos semelhantes sobre os quais é perceptível o artifício da chantagem, principalmente, na utilização dos meios de comunicação. Mais que isso, é o blefe em forma de chantagem.

⁹ Esta notícia foi amplamente divulgada nos meios de comunicação, principalmente, pelo jornal Folha de São Paulo e pela Rede Globo de Televisão. A matéria está disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1741714-delcidio-do-amaral-ameaca-entregar-colegas-caso-seja-cassado.shtml>>.

¹⁰ Esta notícia foi amplamente divulgada nos meios de comunicação, principalmente, pelo jornal impresso Estadão, de São Paulo. Entretanto, para melhor entendimento, deixamos aqui um *link* para uma das matérias, disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/237789/Cunha-amea%C3%A7a-Temer-se-cair-leva-150-deputados.htm>>

¹¹ Esta notícia foi amplamente divulgada nos meios de comunicação, principalmente, pela revista Época. Entretanto, para melhor entendimento, deixamos aqui um *link* para uma das matérias, disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/06/marcelo-odebrecht-ameaca-derrubar-republica.html>>.

CONCLUSÃO

Neste artigo nos propomos à desenvolver uma reflexão crítica sobre a forma heterodoxa e peculiar do exercício da dissuasão política, especialmente, a partir da cibercultura. Enfatizamos, adotando Jean Baudrillard, uma categoria analítica proeminente na política brasileira: a *chantagem*. Demonstramos, por meio de fatos recentes, publicados na grande mídia e, especialmente, pela divulgação de notícias, que muitas vezes eram omitidas da grande massa, fazendo parte apenas das narrativas dos bastidores do campo político, que esta categoria faz-se presente no jogo político e, quiçá, é a mais importante. Afirmamos que o jogo político, pelo menos desde Fernando Collor de Melo, tem como principal método de articulação de suas engrenagens o *jogo de chantagens*.

Classificamos os *modos de chantagem* existentes no campo político brasileiro e discutimos o *escárnio* e o *segredo*, como elementos fundamentais na análise da nova democracia brasileira, bem como para compreender o importante papel do ciberespaço na política contemporânea. O desejo social por transparência associada à reverberação mediática nas redes certifica a internet e seus agentes a emitir verdades e revelar segredos políticos oclusos. A grande mídia passa a ser chantageada pelos agentes do ciberespaço e não é capaz de silenciar as redes sociotécnicas. A crise eminente dos meios de comunicação de massa coloca em cheque suas verdades e produz alternativas para os agentes que surgem na era do ciberespaço, novas formas de dissuasão política começam a surgir, mesmo que ainda fundamentadas na chantagem.

Referências bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. **As estratégias fatais**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996

BOBBIO, Norberto. **Democracia e segredo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, n.5, Brasília, Jan./Jul 2011.

_____. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand. 1989.

HELLER, Agnes; FEHER, Ferenc. **A condição política pós-moderna.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua:** ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MORAES NETO, Geneton. **Os segredos dos presidentes:** Dossiê Brasília. São Paulo: Globo, 2005.

REZENDE, Heitor Pinheiro de; FARIAS, Deusiney Robson de A. **Ativismo e seus paradoxos na internet: uma análise sobre a legitimidade de ações ciberativistas no Brasil.** IX Simpósio Nacional da ABCiber, 08, 09 e 10 de dez. 2016.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala:** função e linguagem da televisão no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Matérias de jornais online

TV SENADO. **Senadora Kátia Abreu participa da votação do relatório final da Comissão de Impeachment.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Gg75BAmgpCs>>. Acessado em: 30 ago. 2016.

LADEIRA, Pedro. **Delcídio do Amaral ameaça entregar colegas caso seja cassado.** Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1741714-delcidio-do-amaral-ameaca-entregar-colegas-caso-seja-cassado.shtml>>. Acessado em: 30 ago. 2016.

BRASIL 247. **Cunha ameaça Temer:** Se cair, leva 150 deputados. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/06/marcelo-odebrecht-ameaca-derrubar-republica.html>>. Acessado em: 01 set. 2016.

FONSECA, Marcelo da. **Crise política eleva tensão entre Executivo, Legislativo e Judiciário.** Estado de Minas. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/04/10/interna_politica,751621/tres-poderes-em-conflito.shtml>. Acessado em: 01 set. 2016.